

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC LEONARDO BARBOSA SOUZA

A AMEAÇA DO TERRORISMO MARÍTIMO NO LITORAL DO LÍBANO:
Os Desafios do Primeiro Navio a Participar da Força Tarefa Marítima

Rio de Janeiro

2018

CC LEONARDO BARBOSA SOUZA

A AMEAÇA DO TERRORISMO MARÍTIMO NO LITORAL DO LÍBANO:
Os Desafios do Primeiro Navio a Participar da Força Tarefa Marítima

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CF (FN) Alexandre Arthur Cavalcanti Simioni

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2018

RESUMO

A participação do Brasil na Força Tarefa Marítima da *United Nations Interim Force in Lebanon* trouxe a tona uma ameaça contra a qual normalmente os navios de guerra brasileiros não são submetidos, que é a aquela representada pelo terrorismo marítimo. Dessa forma, o presente trabalho buscou, por meio de um estudo comparativo entre as capacidades e procedimentos empregados pelo Hezbollah e pelos meios navais da Força Tarefa, evidenciar se aquele grupo paramilitar poderia ser considerado como uma ameaça aos navios de guerra em operação na área. Assim sendo, com base na análise das capacidades do Hezbollah, bem como do histórico de participação em atividades terroristas por parte do mesmo, concluiu-se nesta pesquisa que o Hezbollah é uma possível ameaça aos meios da Força Tarefa Marítima. Além disso, com base na análise das inovações postas em prática pela Marinha do Brasil chegou-se ao entendimento de que os navios de guerra brasileiros enviados para participar da missão de paz no Líbano estão capacitados a se contraporem a eventuais ameaças terroristas.

Palavras-chave: Terrorismo. Força Tarefa Marítima. Hezbollah. *United Nations Interim Force in Lebanon*.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Relação dos mísseis e foguetes em poder do Hezbollah	48
Figura 2 – Mapa representativo dos alcances e tempos de voo dos principais mísseis em poder do Hezbollah	49
Figura 3 – Mapa da Área Marítima de Operações (AMO) e suas divisões em zonas de atuação	50

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMO	– Área Marítima de Operações
CAAML	– Centro de Adestramento Almirante Marques de Leão
CSCAP	– <i>Council for Security Cooperation in Asia Pacific Working Group on Maritime Terrorism</i>
DBM	– Doutrina Básica da Marinha
DMN	– Doutrina Militar Naval
EUROMARFOR	– <i>European Maritime Force</i> (Força Marítima Europeia)
FCN-Mod	– Fragata Classe Niterói Modernizada
FTM	– Força Tarefa Marítima
GRAA	– Grupo de Reação Contra Ameaças Assimétricas
GTD	– <i>Global Terrorism Database</i>
IDF	– <i>Israeli Defense Forces</i> (Forças de Defesa de Israel)
IED	– <i>Improvised Explosive Devices</i> (Dispositivos Explosivos Improvisados)
LAF-Navy	– <i>Lebanese Armed Forces – Navy</i> (component Naval das Forças Armadas Libanesas)
LRAD	– <i>Long Range Acoustic Device</i>
MIO	– <i>Maritime Interdiction Operation</i> (Operação de Interdição Marítima)
NTTP	– <i>Navy Tactics, Techniques and Procedures</i>
NWP	– <i>Navy Warfare Publication</i>
OLP	– Organização para a Libertação da Palestina
ONU	– Organização das Nações Unidas
PO	– Procedimento Operativo
RAND	– <i>Research and Development Corporation</i>

- RDWTI – *RAND Database of Worldwide Terrorism Incidents*
- START – *National Consortium for the Study of Terrorism and Responses to Terrorism*
- TTP – *Táticas, Técnicas e Procedimentos*
- UNIFIL – *United Nations Interim Force in Lebanon*
- WBIED – *Waterborne Improvised Explosive Device*

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	HEZBOLLAH: O PARTIDO DE DEUS.....	10
2.1	A Influência da Revolução Iraniana e o Ódio a Israel	10
2.2	Operação Paz para a Galileia e a Invasão do Líbano de 1982	12
2.3	Um Novo Ator Entra em Cena.....	13
2.4	A Invasão do Líbano de 2006: O Hezbollah Mostra seu Poder.....	15
2.5	A Vitória da Dissuasão.....	18
3	UNITED NATIONS INTERIM FORCE IN LEBANON E SUA FORÇA TAREFA MARÍTIMA	19
3.1	Operação Litani e a Invasão do Líbano de 1978.....	19
3.2	O Bloqueio Naval de Israel e a Criação da Força Tarefa Marítima.....	20
3.3	A Missão da Força Tarefa Marítima	22
3.4	Ameaças à Atuação da Força Tarefa Marítima.....	23
3.5	A Chegada do Primeiro Navio Capitânia Brasileiro	24
4	CAPACIDADES BÉLICAS DO HEZBOLLAH	26
4.1	Análise dos Incidentes Terroristas Atribuídos ao Hezbollah.....	26
4.2	O Ataque do Hezbollah Contra a Corveta Hanit.....	29
4.3	Armamentos em Poder do Hezbollah	30
4.4	Outras Táticas, Técnicas e Procedimentos.....	31
5	CAPACIDADES DO NAVIO DA MARINHA DO BRASIL PARA SE OPOR A ATAQUES TERRORISTAS.....	33
5.1	Ausência de Política ou Doutrina Anti e Contraterrorismo	33
5.2	Inovações em Termos de Equipamentos.....	34
5.3	Inovações em Termos de Procedimentos.....	35
6	OPORTUNIDADES DE APRIMORAMENTO.....	38
6.1	Evolução dos Procedimentos	38
6.2	Pontos a Serem Explorados.....	39
7	CONCLUSÃO	41
	REFERÊNCIAS	43
	ANEXO A – CARTA DO PRIMEIRO MINISTRO LIBANÊS FOUAD SINIORA AO SECRETÁRIO GERAL DA ONU	45
	ANEXO B – DECRETO LEGISLATIVO Nº 269/2011, DE 29 DE SETEMBRO DE 2011	47
	ANEXO C – TIPOS E ALCANCES DE MÍSSEIS DO HEZBOLLAH	48
	ANEXO D – ÁREA MARÍMITA DE OPERAÇÕES	50

1 INTRODUÇÃO

O Brasil possui um longo histórico de participação em operações de manutenção da paz sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU), tendo participado de mais de cinquenta missões, dentre elas a MONUA¹, em Angola, a ONUMOZ², em Moçambique, a UNMISSET³, no Timor-Leste e MINUSTAH⁴, no Haiti, tendo estado no comando militar desta última durante toda a missão, de 2004 a 2017.

Mantendo esse histórico, em 2011, o Brasil iniciou a participação na *United Nations Interim Force in Lebanon* (UNIFIL), especificamente assumindo o comando da Força Tarefa Marítima (FTM). Esta é a primeira missão de manutenção da paz da ONU a possuir um componente marítimo, sendo que o seu ineditismo eleva o seu nível de importância, aumentando a responsabilidade atrelada à função assumida pelo Brasil.

Nesse contexto, o presente estudo tem por objetivo apresentar as atividades desenvolvidas pelo grupo paramilitar Hezbollah, com foco naquelas consideradas como ações de terrorismo, de modo que se possa avaliar se o mesmo se configuraria como uma ameaça aos meios navais componentes da FTM, em especial ao navio brasileiro que participa da missão. Com base nisso, poder-se-á verificar se a preparação dos navios da Marinha do Brasil para participarem da UNIFIL, até então, está sendo adequada, permitindo que os mesmos estejam capacitados a se contrapor a esse tipo de ameaça.

Para alcançar esse fim, a metodologia empregada foi o estudo comparativo por meio do qual será demonstrado o *modus operandi* do Hezbollah, analisando as capacidades bélicas de que o grupo dispõe em comparação com as capacidades de se contrapor às ações

¹ MONUA - *United Nations Observer Mission in Angola*

² ONUMOZ - *United Nations Operation in Mozambique*

³ UNMISSET - *United Nations Mission of Support in East Timor*

⁴ MINUSTAH - *United Nations Stabilization Mission on Haiti*

de terrorismo possuídas pelos meios da FTM, mais especificamente aquelas possuídas pelo navio brasileiro.

Dessa forma, no Capítulo 2 buscar-se-á apresentar um histórico da situação caótica na qual o Líbano se encontrava na década de 1980, onde o país sofria com uma longa Guerra Civil (1975-1992)⁵, de suas interações com seus vizinhos Síria e Israel e dos fatores que geraram as condições que permitiriam o surgimento do Hezbollah. A partir desse ponto, o foco do estudo passará para a evolução daquele grupo, até que o mesmo estivesse em condições de se opor a Israel, consolidando seu papel na região.

No Capítulo 3 buscar-se-á apresentar o histórico da UNIFIL, desde sua criação, em 1978, até a chegada do primeiro navio brasileiro na missão e assunção do comando da FTM pelo Brasil, ocorrida em 2011, sendo dada especial atenção ao ano de 2006, ano de criação da Força Tarefa.

Dando prosseguimento, o Capítulo 4 tratará do Hezbollah, com foco em sua ramificação paramilitar, onde serão analisados os incidentes terroristas nos quais o grupo esteve envolvido, de forma a se conhecer como atua, para que depois seja possível relacionar as capacidades bélicas e as táticas, técnicas e procedimentos (TTP) possuídos pelo Hezbollah com aquelas possuídas pelos navios da Marinha do Brasil enviados para participar da missão.

O Capítulo 5 tratará sobre como a Marinha do Brasil adequou a Fragata União, primeiro navio a participar da UNIFIL, para que a mesma pudesse fazer frente às novas tarefas e ameaças às quais seria submetido quando chegasse ao litoral do Líbano. Nesse sentido, serão apresentadas as inovações realizadas, em termos de equipamentos, procedimentos e adestramento do pessoal, durante a preparação do navio para a missão.

⁵ Período aqui entendido como aquele compreendido entre o atentado a Pierre Gemayel (1905-1984), fundador do Partido Falangista, ocorrido em 1975, e a realização, no Líbano, da primeira eleição parlamentar no pós-guerra, em 1992.

No Capítulo 6 serão apresentadas algumas sugestões e considerações deste autor com o objetivo de fomentar o desenvolvimento do assunto, bem como o aprimoramento dos procedimentos atualmente em vigor.

Por fim, no último capítulo serão revistos os principais entendimentos a que se chegou ao longo do trabalho, de modo que seja possível apresentar uma resposta para a questão inicialmente proposta sobre se seria o Hezbollah uma ameaça para os meios navais da FTM, o que tentar-se-á responder em seguida.

2 HEZBOLLAH: O PARTIDO DE DEUS

O Hezbollah é uma organização, composta em sua maioria por muçulmanos xiitas, que possui ramificações políticas e paramilitares, sendo amplamente influenciada pelo Irã. Seus principais redutos estão localizados em Beirute, capital do país, no Vale do Bekaa, próximo à fronteira com a Síria, e no sul do país, na fronteira com Israel.

Nesse sentido, no presente capítulo buscar-se-á apresentar um resumo histórico sobre o surgimento do Hezbollah na década de 1980, de forma a contribuir para um melhor entendimento sobre os fatores motivantes das ações empreendidas pelo Partido de Deus⁶, suas capacidades e *modus operandi*, os quais serão discutidos nos próximos capítulos.

2.1 A Influência da Revolução Iraniana e o Ódio a Israel

O Hezbollah surgiu oficialmente em 1982, durante a invasão do Líbano por Israel, no entanto, para que se entenda como os acontecimentos daquele ano culminaram com a sua criação, se faz necessário analisar a relação entre os membros fundadores do Hezbollah e os xiitas iranianos.

Nesse sentido, tem-se a região montanhosa de Jebel Amil, localizada no interior do sul do Líbano, que, juntamente com as cidades de al-Najaf, Karbala, ambas no Iraque, e de Qum, no Irã, é um dos centros de estudo e erudição mais importantes da religião xiita (HIRST, 2010). Nesses locais ocorre um intenso intercâmbio entre os xiitas da região, sendo recebidos vários clérigos xiitas iranianos em Jebel Amil e libaneses nos outros locais, como nas cidades iraquianas, onde foram recebidos os jovens religiosos libaneses, que desempenhariam um papel de liderança dentro Hezbollah em seus primeiros anos (NORTON, 2014).

⁶ Hezbollah, quando traduzido para a língua portuguesa, significa Partido de Deus.

Esse intercâmbio religioso foi responsável pela disseminação dos ideais da Revolução Islâmica, ocorrida em 1979, no Irã, quando o Aiatolá Ruhollah Musavi Khomeini (1902-1989) liderou seus seguidores no processo de derrubada do Xá do Irã, Mohammad Reza Pahlavi (1919-1980), pondo fim a um Governo de mais de 2.500 anos da Monarquia Persa e estabelecendo uma nova forma de governo em seu lugar, a República Islâmica do Irã (HIRST, 2010).

Um dos ideais da Revolução Islâmica era unir-se a outros movimentos islâmicos, de modo a espalhar essa nova forma de governo pelo mundo, formando, por fim, uma única *Umma*⁷. Nesse sentido, o Líbano se tornou alvo de interesse do Aiatolá Khomeini (1902-1989), por existir nesse país, ainda que sem comprovação por meio de censo populacional, mais de um milhão de muçulmanos xiitas, que se configuram como a maioria da população do país (HIRST, 2010).

Outro fator que contribuiu para o interesse do Irã sobre o país foi a turbulenta situação política na qual o mesmo se encontrava. O Líbano sofria com uma longa Guerra Civil (1975-1992), sendo, ainda, sufocado pela presença síria e da Organização para Libertação da Palestina (OLP), que se aproveitaram da tumultuada situação política do país em prol de interesses próprios.

Por fim, a presença da OLP e ligações pessoais do próprio Aiatolá com o Líbano favoreciam esse interesse natural pelo país. Khomeini tinha como sede de sua residência a cidade de Kajaf, no Iraque, de onde seria expulso, em 1978, pelo então governante daquele país, Saddam Hussein (1937-2006), sendo que seu plano de fuga consistia em aceitar o convite feito por Yasser Arafat (1929-2004), então líder da OLP, que prometeu dar asilo ao Aiatolá em uma de suas bases no Líbano (HIRST, 2010).

⁷ *Umma* - Nação Muçulmana.

Assim sendo, a existência de uma maioria de mulçumanos xiitas e a situação política caótica em que o Líbano se encontrava tornou o país alvo dos interesses iranianos, que procuravam influenciar e incitar os líderes xiitas libaneses a iniciarem sua própria revolução islâmica. Além disso, a simpatia que o Aiatolá Khomeini (1902-1989) nutria pela causa da OLP tornou Israel um inimigo natural do Irã, fato este agravado pelo estreito relacionamento entre aquele país e os Estados Unidos da América, representante maior de tudo aquilo contra o que a Revolução Iraniana (1979) lutava.

2.2 Operação Paz para a Galileia e a Invasão do Líbano de 1982

Não bastasse a já complicada situação do Líbano que, além da Guerra Civil (1975-1992), tinha que lidar com a batalha de interesses que iranianos, sírios e a OLP, travavam em seu território, em 6 de junho de 1982, em resposta a tentativa de assassinato do Embaixador de Israel para o Reino Unido, Israel iniciou a Operação Paz para a Galileia, com a consequente invasão do Líbano (NORTON, 2014).

Nessa ocasião, as Forças de Defesa de Israel (*Israeli Defense Forces* - IDF) invadiram o território libanês para atacar posições da OLP, ocupando uma faixa territorial que se estendia desde a fronteira entre os dois países até a cidade de Beirute.

Segundo Rabinovich (1985), a invasão israelense tinha os seguintes objetivos:

These goals can be summed up under four headings: (a) destroying the PLO [OLP] military infrastructure in southern Lebanon and the creating of a security zone of some forty kilometers, the effective range of the PLO's artillery and rocket launchers, (b) destroying the PLO's position in the rest of Lebanon, particularly in Beirut, to eliminate its hold on the Lebanese political system and to diminish its role in the Arab-Israeli conflict; (c) defeating the Syrian army in Lebanon to effect its full or partial withdrawal from that country and preempt the possibility of a Syrian-Israeli war; (d) thereby facilitating the reconstruction of the Lebanese state and political system under the hegemony of Israel's allies [...] (RABINOVICH, 1985, p.122).⁸

⁸ Estes objetivos podem ser resumidos em quatro tópicos: (a) destruição da infraestrutura militar da OLP no sul do Líbano e a criação de uma zona de segurança de cerca de quarenta quilômetros, alcance eficaz da

As ações empreendidas pelas tropas da IDF em território libanês duraram de 6 de junho de 1982 a setembro de 1983, tendo sido bem sucedidas em eliminar a presença da OLP no Líbano. Esta, por sua vez, se viu obrigada a reestabelecer sua base de operações na Tunísia.

Ao término das ações, em setembro de 1983, Israel conduziu uma retirada parcial de suas tropas, mantendo a ocupação de uma porção de território libanês que se estendia por toda a fronteira entre os dois países, a chamada Zona de Segurança.

Apesar do sucesso anteriormente mencionado, a presença das tropas da IDF no sul do Líbano teriam consequências de maior magnitude que a expulsão da OLP. A princípio, a continuidade da ocupação israelense no sul do território libanês foi relativamente bem aceita pela população local, na maioria xiita, pois representava a oportunidade de por fim à presença e às ações empreendidas pela OLP na região. No entanto, o prolongamento da ocupação e a forte opressão posta em prática pelas tropas da IDF contra a população local, acabaram por desgastar esse sentimento (NORTON, 2014), semeando as condições perfeitas para a consolidação da influência iraniana e disseminação dos ideais de sua Revolução, o que culminaria na criação do Hezbollah.

2.3 Um Novo Ator Entra em Cena

Como visto anteriormente, a violência das tropas da IDF contra a população xiita do sul do Líbano causou uma crescente indignação quanto a presença das forças israelenses na região. Dessa forma, os líderes iranianos se utilizaram de toda sua influência para

artilharia e foguetes da OLP; (b) destruição das posições da OLP no restante do Líbano, especialmente em Beirute, para por fim ao estado de paralisia em que se encontrava o sistema político libanês e diminuir o papel da OLP no conflito Árabe-Israelense; (c) derrota do exército sírio no Líbano de modo a obrigar sua retirada total ou parcial daquele país e prevenir a possibilidade de uma guerra entre Síria e Israel; (d) facilitar a reconstrução do Estado Libanês e seu sistema político, sobre a hegemonia de aliados de Israel [...] (tradução nossa)

disseminar seus ideais revolucionários nos jovens religiosos xiitas, recém-chegados de seus intercâmbios nas cidades de al-Najaf, Karbala e Qum, clérigos estes que se uniriam para formar, em 1982, o Hezbollah.

Em seus primeiros anos, o Hezbollah atuaria como uma violenta milícia, que fazia do terrorismo sua arma de combate a Israel e a qualquer Estado que fosse considerado como contrário a causa islâmica. Naquela época o grupo tinha como uma de suas principais atividades o sequestro de estrangeiros, em especial ocidentais, que eram utilizados como moeda de troca por recursos financeiros e para libertação de prisioneiros.

Um dos mais expressivos sequestros realizados fora o do voo 847 da TWA, que faria a rota entre Grécia e Roma, mas que, após ter sido tomado pelos sequestradores, foi redirecionado para pousar em Beirute. Essa ação terminaria com a morte de um militar estadunidense, que se encontrava no voo (NORTON, 2014).

Outra ação terrorista relevante ocorrida nos primeiros anos do Hezbollah foi o ataque suicida à Embaixada dos Estados Unidos da América para o Líbano, localizada em Beirute, que resultou na total destruição da mesma e na morte de cerca de sessenta pessoas, entre pessoal da embaixada, diplomatas e militares estadunidenses (NORTON, 2014).

O *modus operandi* do Hezbollah permaneceria o mesmo por cerca de duas décadas, permitindo que o grupo, paulatinamente, pudesse se fortalecer, tanto no aspecto financeiro, quanto no bélico. Tal fortalecimento seria crucial para o sucesso das ações empreendidas durante o combate às tropas de Israel, por ocasião da invasão do território libanês em 2006.

2.4 A Invasão do Líbano de 2006: O Hezbollah Mostra seu Poder

Por ocasião da invasão do Líbano por Israel, ocorrida em 2006, o Hezbollah se tornara uma organização amadurecida e poderosa, deixando de ser uma simples marionete iraniana e passando a defender uma agenda mais voltada para seus próprios interesses, ainda que restassem resquícios da influência iraniana nas ações empreendidas pela organização.

Além disso, o grupo tinha evoluído, desde as eleições de 1992, para partido político, passando a integrar o parlamento libanês. Somando-se a isso, o Hezbollah começou a desenvolver atividades e benfeitorias para a população residente nas proximidades de seus principais redutos⁹, passando a ter um forte caráter social nestas áreas. Por fim, as próprias ações terroristas tinham sido reduzidas, embora continuassem a ocorrer conflitos e embates com a IDF na região da fronteira entre Líbano e Israel.

A despeito desse novo comportamento do Hezbollah, o ano de 2006 se caracterizava pelo aumento da tensão em toda a região, seja na fronteira entre os dois países ou na faixa de Gaza, havendo indícios suficientes que uma escalada da violência era inevitável. Os níveis de tensão na região tornaram-se intoleráveis depois de ações empreendidas pelo Hezbollah e pelo Hamas¹⁰, ao longo dos meses de maio a julho daquele ano, culminando com a invasão em 13 de julho, como retaliação às ações do Hezbollah.

⁹ Os principais redutos do Hezbollah são: a cidade de Beirute, a região do Vale do Bekaa e a região ao sul do país.

¹⁰ O Hamas, ou Movimento de Resistência Islâmica, é uma organização paramilitar palestina possuidora de uma vertente política e um braço armado, sendo composta em sua maioria por mulçumanos sunitas.

Segundo Norton (2014) os líderes do Hezbollah tinham por objetivo:

[...] launching the attack on Israeli soil was also intended to demonstrate the organization's formidable offensive abilities and its tenacity, while at the same time appealing to Lebanese critics of organization who had been calling on it to disarm (NORTON, 2014, p.135)¹¹.

Dessa forma, visando alcançar tal objetivo, em 12 julho, foi iniciada uma incursão em território israelense, de modo a emboscar e capturar uma patrulha motorizada que encontrava-se monitorando a fronteira. Durante essa ação, dois soldados israelenses foram capturados e outros três foram mortos. Na tentativa de resgatar os soldados que foram aprisionados, a IDF executou uma mal sucedida operação de resgate, a qual resultou na morte de outros cinco soldados.

A resposta desencadeada por Israel foi rápida e violenta, com a realização de um bloqueio naval em toda a zona costeira do Líbano, o bombardeamento do aeroporto de Beirute e de um prédio onde funcionava o escritório de líder do Hezbollah (NORTON, 2014), que não esperava uma retaliação dessa magnitude.

Israel se baseava em sua superioridade aérea que permitia a realização de bombardeios a qualquer região do Líbano, bem como em sua capacidade de utilizar a artilharia para atacar posições no sul do território libanês. Dessa forma, os principais objetivos da ofensiva israelense foram: cortar a cadeia de suprimento logístico do Hezbollah, isolando-o no sul do Líbano, destruir o arsenal de mísseis e foguetes, bem como a infraestrutura de Comando e Controle do referido grupo e da rede de televisão al-Manar e demais instrumentos de mídia controlados pelo Hezbollah (NORTON, 2014).

Todo o planejamento realizado pela IDF tinha como premissa a capacidade de se obter sucesso em erradicar a presença do Hezbollah no sul do Líbano, no entanto, da mesma forma que os líderes do grupo xiita não contavam com uma retaliação, por parte da IDF, na

¹¹ [...] o ataque lançado no território israelense tinha a intenção de demonstrar as formidáveis habilidades ofensivas e a tenacidade da organização e, ao mesmo tempo, ser atraente para os críticos libaneses que eram favoráveis ao desarmamento da mesma (tradução nossa).

magnitude com que a mesma ocorreu, os Comandante Militares israelenses não contavam com a resiliência do Hezbollah que, diferentemente de conflitos passados, possuía suas posições consolidadas, bem como uma quantidade de armamento suficiente para responder aos ataques.

Assim sendo, o que se sucedeu foi uma troca de ataques entre ambos os contendores, com Israel realizando pesados bombardeios da região sul do território libanês, atacando inclusive zonas desmilitarizadas, ocasionando a morte de dezenas de inocentes. Da parte do Hezbollah, foram realizados centenas de lançamentos de mísseis e de foguetes em direção ao território israelense, com ataques bem sucedidos às cidades de Tel Aviv e Haifa, infligindo um pesado golpe na credibilidade de Israel em se manter seguro contra ataques externos.

Além disso, os ataques das forças israelenses contra civis somente contribuiu para aumentar o apoio da população ao Hezbollah, fortalecendo-o. Os ataques realizados pela IDF contra os seus redutos, estruturas de comando e controle e instalações da mídia, apesar de extremamente violentos, não obtiveram sucesso em neutralizar as mesmas, que permaneceram operacionais durante todo o conflito, destituindo qualquer entendimento no sentido de que seria possível por fim ao Hezbollah.

Com isso, o conflito chegou a um impasse, onde nenhum dos dois lados parecia ser capaz de obter a vitória. Tal impasse somente seria solucionado com a emissão, após quase um mês de conflito, da Resolução nº 1701, pelo Conselho de Segurança da ONU, a qual será novamente abordada no capítulo seguinte e que determinava o cessar fogo pelos beligerantes e a retirada das tropas de Israel do território libanês, sem, no entanto, maiores consequências para o Hezbollah, o que permitiria ao grupo xiita se autoproclamar vencedor do conflito.

2.5 A Vitória da Dissuasão

Ao final da invasão de 2006 e a conseqüente retirada das tropas da IDF do sul Líbano, apesar de o Hezbollah ter se considerado como vencedor, não se pode concluir que quaisquer dos beligerantes, seja o Hezbollah ou Israel, tenha alcançado uma vitória definitiva ao término do conflito. O que pode ser afirmado é que, desde então, Israel não voltou a ocupar o território libanês com suas tropas.

Isso não significa que a violência e os conflitos entre os dois contendores tenham terminado na região, de fato continuam a ocorrer bombardeios contra o território libanês, realizados pela Força Aérea israelense, bem como eventuais enfrentamentos entre IDF e Hezbollah, caracterizadas por intensas trocas de tiros na região fronteira entre os dois países. Essas interações contribuem para que seja mantido um ambiente tenso e instável na região, no entanto, os resultados do pós-guerra levam a um entendimento de que o Hezbollah teria conseguido demonstrar uma capacidade de combate suficientemente forte para dissuadir Israel de realizar novas tentativas de ocupação militar no Líbano.

3 UNITED NATIONS INTERIM FORCE IN LEBANON E SUA FORÇA TAREFA MARÍTIMA

Neste capítulo será apresentado um breve histórico desta operação de manutenção da paz, abordando a sua criação, os fatores que motivaram o seu desdobramento marítimo, os novos termos da missão e, por fim, o início da participação do Brasil.

3.1 Operação Litani e a Invasão do Líbano de 1978

A criação da UNIFIL se apresenta como ato final da invasão do território libanês realizada por Israel, em 1978. Tal invasão foi a resposta da IDF para uma ação empreendida por refugiados palestinos, sediados na cidade de Tiro, no Líbano, que adentraram o território israelense, com o objetivo de sequestrar os hóspedes de um hotel localizado na cidade de Tel Aviv, em Israel, de modo a utilizá-los como moeda de troca para que prisioneiros palestinos, em posse da IDF, fossem soltos (HIRST, 2010).

No entanto, estes terroristas não obtiveram sucesso em alcançar o hotel, sendo obrigados a se contentarem com o sequestro de um ônibus lotado de israelenses. As forças da IDF responderam violentamente a essa ação, o que resultou na morte de 37 israelenses e de seus sequestradores. Ainda em resposta a essa desastrosa tentativa de sequestro, Israel invadiu o sul do Líbano com suas tropas, dando início a Operação Litani¹², que tinha como propósito atacar os campos de refugiados palestinos como forma de retaliação a essa ação terrorista (HIRST, 2010).

No intuito de pôr fim às hostilidades, em 19 de março de 1978, o Conselho de Segurança da ONU emitiria a Resolução nº 425, a qual, visando a manutenção da integridade territorial, soberania e independência política do Estado Libanês, determinava que Israel

¹² A Operação Litani teve duração de 14 de março a 19 de março de 1978.

cessasse suas ações em território libanês e realizasse a retirada de todas as suas tropas do país. Além disso, estabelecia a criação de uma Força de Manutenção da Paz, a ser fixada na fronteira entre Líbano e Israel, com o propósito de acompanhar a retirada das tropas israelenses e auxiliar no restabelecimento da autoridade do Governo Libanês na área. Naquela mesma data, o Conselho de Segurança emitiria a Resolução nº 426, a qual complementava a anterior e aprovava formalmente o estabelecimento da UNIFIL.

Nos anos que se seguiriam a UNIFIL teria que lidar com as constantes invasões do território libanês empreendidas por Israel, caracterizadas por todo tipo de incursões, desde aquelas de pequeno porte, realizadas contra alvos específicos da OLP e, posteriormente, do Hezbollah, quanto invasões de grande vulto, como as ocorridas em 1982 e 2006, as quais já foram debatidas no Capítulo 2 deste estudo.

Com relação a esta última invasão ocorrida em 2006, a seção seguinte abordará um episódio a parte ocorrido nessa evento, que foi o bloqueio naval, realizado por Israel, aos portos libaneses.

3.2 O Bloqueio Naval de Israel e a Criação da Força Tarefa Marítima

Conforme abordado no Capítulo 2, em julho de 2006, Israel invadiu o sul do Líbano, travando violentas batalhas contra o Hezbollah. Uma das consequências do conflito foi a aprovação, em 11 de agosto de 2006, pelo Conselho de Segurança da ONU, da Resolução nº 1701, que, além de determinar que Israel retirasse suas tropas do Líbano, ampliava as atribuições da UNIFIL, autorizando, para isso, um incremento de 15.000 homens às tropas componentes daquela Missão de Paz, com o propósito de garantir e supervisionar a saída das forças da IDF do território libanês e evitar eventuais ataques por parte do Hezbollah durante essa retirada.

Embora, com a aprovação daquela Resolução, Israel tenha dado início a retirada de suas tropas do território, o mesmo não ocorreu com relação ao bloqueio naval que continuava a ser realizado ao longo de toda o litoral libanês, onde os navios israelenses impediam que qualquer navio mercante entrasse ou saísse dos portos do Líbano, em especial dos portos de Beirute, Tripoli e Saida (maiores portos do país).

Tal bloqueio desencadeou uma forte crise econômica no Líbano, em virtude de 58,3% das importações e 19,6% das exportações libanesas serem realizadas por via marítima¹³, o que obrigaria o Primeiro Ministro Libanês, Fouad Siniora (1943-), a encaminhar, em 6 de setembro de 2006, uma carta ao Secretário Geral da ONU, Sr. Kofi Annan (1938-), solicitando o apoio da ONU na fiscalização da área marítima adjacente à costa do país, de modo a prevenir a entrada ilegal de armamento e de materiais afins, por via marítima, no Líbano. Além disso, solicitava que fosse instaurada, para atender a esse propósito, uma Força Tarefa Marítima (FTM) internacional, subordinada à UNIFIL, e, ainda, que, após a efetiva entrada em operação da mesma, Israel retirasse seus navios da costa libanesa e pusesse fim ao bloqueio naval (SINIORA, 2006. ANEXO A).

Dois dias depois, o Secretário Geral da ONU, apresentava formalmente ao Conselho de Segurança da ONU, o acordo firmado entre França, Grécia, Itália e Reino Unido, Estados que se dispuseram a, inicialmente e de forma interina, compor a FTM, ficando esta sob o comando da Marinha Italiana (ANNAN, 2006). A FTM permaneceu operando de forma interina até 15 de outubro de 2006, quando teve seu comando transferido para a Alemanha e passou a ser composta por navios da Bulgária, Dinamarca, Alemanha, Grécia, Noruega, Suécia e Turquia (UNIFIL, 2006).

O Comando da FTM passaria, ainda, para a Força Marítima Europeia (EUROMARFOR) e para outros países europeus até que, em 24 de fevereiro de 2011, o

¹³ Dados referentes ao ano de 2017, disponibilizados na publicação Trade Profiles 2018, da Organização Mundial de Comércio (OMC). Disponível em: https://www.wto.org/english/res_e/publications_e/trade_profiles18_e.htm. Acesso em: 07 ago.2018

Brasil assumiria tal função. Nesta ocasião, o contingente brasileiro era composto pelo Comandante da FTM e mais oito oficiais que completavam o Estado-Maior multinacional da FTM, juntamente com oficiais da Alemanha, Bangladesh e Indonésia.

3.3 A Missão da Força Tarefa Marítima

A missão da FTM tem origem direta nos termos da solicitação de apoio realizada pelo Primeiro Ministro Libanês, Fouad Siniora (1943-), em sua carta, onde requisitava:

[...] Lebanon's current naval capabilities are too limited to effectively patrol Lebanon's 200 kilometers of coastline in order to secure the maritime border. I would therefore be grateful if the United Nations could provide a naval task force that would help prevent the unauthorized entry of arms or related material by sea into Lebanon, until such time that our naval and security forces are able to fulfill these tasks on their own. [...] It will be important that this maritime assistance also include technical training of Lebanon's naval and other security personnel, and, hopefully, the provision at a later date of marine and other equipment to upgrade Lebanon's capacity for effective and independent coastal monitoring and control (SINIORA, 2006, ANEXO A).¹⁴

Dessa forma, foram estabelecidos os dois pilares básicos da missão da FTM:

- a realização de uma Operação de Interdição Marítima (*Maritime Interdiction Operation - MIO*) com o propósito de impedir a entrada ilegal de armamento ou de materiais correlatos, no Líbano, por via marítima; e
- realizar o treinamento e adestramento da *Lebanese Armed Force - Navy (LAF-Navy)*.

¹⁴ [...] As atuais capacidades navais libanesas são extremamente limitadas, impedindo que seja realizada uma patrulha efetiva nos 200 quilômetros do litoral do Líbano e a manutenção da segurança da fronteira marítima. [O Primeiro Ministro Siniora afirma que] ficaria agradecido se a ONU pudesse disponibilizar uma Força Tarefa Marítima que auxiliasse na prevenção à entrada não autorizada de armamento ou material correlato, pelo mar no Líbano, até que as forças navais e de segurança [libanesas] sejam capazes de realizar estas tarefas por meios próprios.[...] Sendo importante que esta ajuda também inclua o fornecimento de treinamento técnico aos militares da Marinha e de outras forças de segurança, bem como o fornecimento, no futuro, de meios navais e outros equipamentos que permitam o efetivo e independente monitoramento e controle costeiro (tradução nossa).

O sucesso na execução dessas duas tarefas contribuiria para o atingimento de um objetivo maior que seria, a longo prazo, permitir que *LAF-Navy* fosse capaz de operar de forma autônoma, tanto em termos de pessoal quanto de material, substituindo, por fim, os meios da FTM pelos seus próprios na fiscalização da costa do país.

Analisando tais pilares e os objetivos a serem alcançados, percebe-se as vantagens a serem obtidas por ambos os lados, tanto Líbano quanto Israel, uma vez que o primeiro obteve, de forma imediata, o restabelecimento de suas linhas de comunicações marítimas e seu comércio exterior, e conseguirá, em um futuro ainda que distante, os meios necessários para formação e treinamento de sua Marinha. Já o segundo, transferiu para a ONU e seus meios a obrigação de cumprir a tarefa de impedir a entrada ilegal de armamento no Líbano, podendo poupar seus navios e dispor dos mesmos para outras tarefas em proveito próprio.

A despeito de tais benefícios e da concordância com as tarefas da FTM tanto pelo Líbano quanto por Israel, os navios da Força Tarefa permanecem constantemente expostos à situações de risco e a ameaças latentes, e isso deve-se ao fato de a missão da FTM não envolver o terceiro ator que age na região, o Hezbollah. Essas ameaças e sua relação com aquela organização serão abordadas a seguir.

3.4 Ameaças à Atuação da Força Tarefa Marítima

Como apresentado anteriormente, a presença da FTM trouxe benefícios para os Estados beligerantes, no entanto, não para o Hezbollah que, apesar de possuir uma postura indiferente com relação à presença da FTM, se mantém firme na condição de oposição a Israel, o que pode vir a se configurar como uma ameaça aos meios da Força Tarefa, conforme será abordado em seguida.

Dentre essas ameaças latentes, a mais clara é aquela que se deve a presença, não rara, de meios navais da IDF no mar territorial do Líbano e no interior da Área Marítima de Operações (AMO), aumentando a possibilidade de um ataque pelo Hezbollah. As capacidades do Hezbollah serão objeto de detalhamento mais adiante neste trabalho, mas podem variar em nível de agressividade, desde o emprego de mísseis antinavio ao emprego de *Improvised Explosive Devices* (IED), sendo que esta última obriga a adoção de um grau de prontidão elevado pelos navios da FTM, especificamente quando navegando a distância inferior a 6 milhas náuticas da costa libanesa, distância dentro da qual a ameaça dos IED é considerada presente.

Outra ameaça latente é configurada pelo constante e elevado estado de tensão existente em toda região e pela confluência de meios e Forças Navais de Marinhas de Guerra dos mais variados Estados nas proximidades da AMO, quer seja para simples passagem pela região (em especial pelo Canal de Suez), quer seja para a demonstração de poder e dissuasão.

É nesse contexto que a Marinha do Brasil assume o Comando da FTM e que a Fragata União inicia sua participação na FTM, em 2011, como poderá ser observado a seguir.

3.5 A Chegada do Primeiro Navio Capitânia Brasileiro

Durante os primeiros oito meses de participação brasileira na missão, o Comandante da FTM e seu Estado-Maior permaneceram operando sediados em terra, na Base da UNIFIL, em Naqoura¹⁵, enquanto aguardavam a chegada de um navio brasileiro para atuar como Navio Capitânia¹⁶ da Força Tarefa.

¹⁵ Naqoura é uma cidade libanesa, localizada no sul do país, nas proximidades da fronteira com Israel.

¹⁶ O Navio Capitânia de uma Força, neste caso a FTM, é aquele que aloja ou está indicado para alojar o Comandante da Força e seu Estado-Maior.

O primeiro navio brasileiro enviado para a missão foi a Fragata União, uma Fragata Classe Niterói Modificada (FCN-Mod), que chegou a Beirute, único porto utilizado como local de atracação no Líbano pelos navios da FTM e “porto base”¹⁷ para o navio brasileiro, em 14 de novembro de 2011.

Essa defasagem entre a assunção do Comando da FTM e a chegada do primeiro navio foi ocasionada pela demora na aprovação, pelo Congresso Nacional, do envio do mesmo para participar da UNIFIL, o que somente teve efeito em 29 de setembro de 2011, por meio do Decreto Legislativo nº 296/2011 (ANEXO B), e pelo atraso no término do período de manutenção ao qual o navio foi submetido antes de sua ida para a missão.

Nesse período de manutenção, além dos serviços de rotina previstos, foram instalados equipamentos e armamentos específicos para emprego durante a sua participação na FTM, os quais serão apresentados mais detalhadamente no Capítulo 5 deste trabalho.

¹⁷ No presente estudo, “porto base” deverá ser entendido como aquele porto utilizado para o apoio logístico de rotina.

4 CAPACIDADES BÉLICAS DO HEZBOLLAH

Neste capítulo serão apresentadas as capacidades bélicas do Hezbollah que, apesar de manter, até os dias de hoje, uma postura indiferente quanto à presença dos meios navais da FTM, ainda assim, se configura como a principal possibilidade de ameaça contra os mesmos.

Isso deve-se aos seus armamentos que permitem a realização de ataques de terra em direção ao mar. Além disso, o fato de haver esporadicamente a presença de navios israelenses na AMO e a possibilidade de os mesmos virem a se tornar alvos de um ataque pelo Hezbollah poderia transformar os meios da FTM alvos, ainda que por equívoco.

Nesse sentido, o foco das análises serão as capacidades bélicas e as táticas, técnicas e procedimentos (TTP) possuídos pelo Hezbollah que lhe permitiriam atacar os meios navais da FTM quando operando no mar.

4.1 Análise dos Incidentes Terroristas Atribuídos ao Hezbollah

Para se verificar quais as reais capacidades do Hezbollah, será apresentada inicialmente uma análise quantitativa sobre os incidentes terroristas dos quais, este, tenha tomado parte ou dos quais seja considerado suspeito de participação, para que depois possa ser feita uma análise sobre o *modus operandi* empregado nesses incidentes. Nesse sentido, serão utilizadas as bases de dados do *National Consortium for the Study of Terrorism and Responses to Terrorism* (START) e da *Research and Development Corporation* (RAND), que são organizações internacionalmente reconhecidas pelas pesquisas e análises por elas realizadas, no que tange às ações terroristas ao redor do mundo.

Dessa forma, a Tabela 1 apresenta os dados referentes à participação do Hezbollah em incidentes terroristas segundo a *Global Terrorism Database* (GTD) do START e a RAND

Database of Worldwide Terrorism Incidents (RDWTI), utilizando como critérios de pesquisa as palavras-chave: Hezbollah, *military*, *maritime* e UNIFIL.

TABELA 1
Incidentes Terroristas Atribuídos ao Hezbollah

INCIDENTES ANALISADOS	GTD START ¹⁸	RDWTI ¹⁹
Total de Incidentes (Hezbollah)	406	175
Alvos Militares (<i>military</i>)	141	29
Alvos Marítimos (<i>maritime</i>)	1	20
Incidentes na Área de Operações da UNIFIL	9	–
Período Considerado	1983 a 2016	1983 a 2005

Fonte: o autor, 2018.

A partir dos dados observados quando utilizadas as palavras-chave Hezbollah e *military*, verifica-se que os incidentes apresentados por ambas as bases de dados são referentes a ataques empreendidos contra alvos militares em terra, não havendo registro de ataques a meios navais nesse item.

Com relação ao incidente apresentado na base de dados da GTD START quando utilizadas as palavras-chave Hezbollah e *maritime*, observa-se que mesmo se refere ao ataque realizado por sete terroristas a um *ferry boat*²⁰ grego, na cidade de Aegina, na Grécia. O ataque resultou em dez mortos e outros oitenta feridos, não havendo registros de maiores detalhes sobre os motivos do mesmo.

Quanto aos dados apresentados pela RDWTI, quando utilizadas as mesmas palavras-chave mencionadas anteriormente, verificou-se que, dos vinte incidentes observados, dezenove foram ocasionados por minas marítimas, sendo que todos ocorreram no período de

¹⁸ Disponível em: http://smapp.rand.org/rwtid/search_form.php. Acesso em: 07/07/2018.

¹⁹ Disponível em: http://www.start.umd.edu/gtd/search/Results.aspx?start_yearonly=&end_yearonly=&start_year=&start_month=&start_day=&end_year=&end_month=&end_day=&asmSelect0=&perpetrator=407&perpetrator=1930&dt2=all&success=yes&casualties_type=b&casualties_max. Acesso em: 07/07/2018.

²⁰ Barca ou balsa empregada para o transporte de passageiros ou carros.

9 de julho a 20 de setembro de 1984, quando o Hezbollah assumiu a realização de minagem no Canal de Suez e na entrada sul do Mar Vermelho. Nesse período foram atacados dezenove navios, resultando no afundamento de pelo menos um deles.

Ainda com relação a essa linha de pesquisa, o vigésimo incidente apresentado na base da RDWTI está relacionado ao choque de um navio cipriota contra uma mina marítima, em 27 de setembro de 1985, no Mar Vermelho. Nessa ocasião, o Hezbollah alegou ter realizado com sucesso uma segunda minagem no local, no entanto, tal fato não fora comprovado, sendo mais provável que se tratasse de uma mina remanescente da ação realizada em 1984.

Na ocasião em que foram utilizadas como palavras-chave: Hezbollah e UNIFIL, foram identificados nove incidentes na base de dados GTD START e nenhum na RDWTI. Neste caso, os incidentes observados se referem a interações entre o Hezbollah e a IDF ocorridas na Área de Operações da UNIFIL, em terra, não havendo ocorrência de ataques contra componentes da Missão de Paz.

Em vista dos fatos acima apresentados e na avaliação dos dados obtidos a partir das pesquisas realizadas nas duas bases de dados, pode-se chegar aos seguintes entendimentos relevantes sobre o modo de atuação do Hezbollah:

1^o - o Hezbollah dispõe de capacidade para lançar mão de ações contra meios no mar.

Apesar de todos os casos observados terem tido como alvo navios mercantes, nada indica que navios de guerra não possam vir a se tornar alvos caso seja interessante para a organização.

2^o - capacidade de realizar o lançamento e o emprego de minas marítimas como forma de ataque, que, além de causar o afundamento de um dos navios, foram capazes de infligir pesados danos aos demais meios atingidos.

3^o - realização de ações contra alvos militares de forma recorrente, em especial contra meios da IDF. Os ataques contra alvos militares representam cerca de 34,7% do total de ações empreendidas pelo Hezbollah, quando se observa a base de dados da GTD, e de cerca de 16,6%, quando a base de dados utilizada é a da RDWTI, sendo que a primeira possui um período de análise superior, o que explicaria a maior porcentagem observada.

Esses fatos por si já seriam suficientes para configurar o Hezbollah como possível ameaça aos meios navais da FTM, por comprovarem a existência das capacidades necessárias para empreender ataques contra os mesmos. No entanto, o fato irrefutável da possibilidade de emprego destas capacidades foi o ataque realizado contra a Corveta israelense Hanit, que não consta nos bancos de dados da GTD START nem da RDWTI e será abordado em sequência.

4.2 O Ataque do Hezbollah Contra a Corveta Hanit

Dentre os incidentes terroristas observados na seção anterior não consta o ataque realizado contra a Corveta israelense Hanit. Porém, tanto para a Marinha do Brasil quanto para a FTM, esta ocorrência se caracteriza como o mais relevante ataque perpetrado pelo Hezbollah, por ser o único a ter como alvo um Navio de Guerra.

O ataque a Hanit ocorreu em 14 de julho de 2006, em meio a Segunda Guerra entre Líbano e Israel (2006), sendo que nesta ocasião o Hezbollah se despontava como a maior ameaça às forças da IDF. Assim, segundo Harel e Issacharoff (2008) e Norton (2014), na manhã daquela data, como forma de demonstração de força e poder, Hassan Nasrallah, líder do Partido de Deus, anunciava o lançamento bem sucedido de um míssil antinavio C-802, Noor, versão iraniana do míssil YJ-8 (fabricado pela China), contra a Corveta Hanit. O

ataque resultou na morte de quatro marinheiros israelenses e em danos severos ao navio, que permaneceria fora de serviço, em reparo, até o final de 2007.

Na ocasião do ataque a Hanit, os serviços de inteligência israelenses não possuíam informações sobre a existência de mísseis antinavio em poder do Hezbollah, o que causou uma diminuição no grau de prontidão e alerta dos meios navais da IDF para esse tipo de ameaça (LAMBETH, 2011), expondo-os inadvertidamente a uma grande e letal ameaça.

Além disso, o sucesso obtido com o ataque representou um pesado golpe contra as poderosas forças israelenses, não pelo dano causado, mas pelo impacto causado na imagem e reputação da IDF, sendo o ponto chave para os planos de oposição a Israel.

Voltando-se para a falta de conhecimento sobre os armamentos de posse do Hezbollah, posteriormente, descobriu-se que o arsenal existente era muito maior e diversificado do que se poderia imaginar, sendo que nesse sentido a próxima seção irá se focar nesses armamentos.

4.3 Armamentos em Poder do Hezbollah

Em 2006, o lançamento de mísseis antinavio contra a Corveta Hanit surpreendeu a IDF e os serviços de inteligência, que desconheciam as reais capacidades do Hezbollah. Desde então, o crescimento desenfreado de seu arsenal vem sendo acompanhado e monitorado, permitindo-se estimar que o Hezbollah seja a organização não estatal com maior poder de fogo do mundo, possuindo uma grande diversidade de foguetes e de mísseis antiaéreos, antitanques, balísticos e antinavio (SHAIKH e WILLIAMS, 2018).

De modo a melhor demonstrar tal poder de fogo, o ANEXO C apresentará duas figuras, a primeira (FIG.1) contendo uma relação de foguetes e mísseis e a segunda (FIG.2) com um mapa demonstrativo dos alcances em termos de tempo de voo de alguns deles. A

partir desta última, constata-se que o Hezbollah possui capacidade de atacar alvos terra em qualquer parte do território israelense (empregando-se mísseis Scud com alcance variando entre 300 e 550 km, dependendo da versão).

Com relação aos mísseis antinavio se tem conhecimento de apenas dois tipos, o C-802 e o Yakhont. Os mísseis C-802, de origem iraniana, são empregados desde 2006 pelo Hezbollah. No caso dos mísseis Yakhont, de origem russa, os mesmos teriam sido transferidos inicialmente da Rússia para a Síria, no final de 2011, para compor a defesa costeira daquele país, tendo sido, posteriormente, repassados para o Hezbollah em uma quantidade desconhecida (SHAIKH e WILLIAMS, 2018).

4.4 Outras Táticas, Técnicas e Procedimentos

Nas seções anteriores, foram apresentadas as capacidades bélicas comprovadamente possuídas pelo Hezbollah, no entanto, se faz necessária a análise de uma última TTP que, apesar da inexistência de histórico de sua utilização por aquele grupo, em virtude do baixo custo, da facilidade de lançamento e dos grandes danos que é capaz de causar, a torna relevante o suficiente para que seja abordada, que é o emprego de IED.

A ameaça representada pelo emprego de IED no ambiente marítimo se mostrou evidente a partir do ano de 2000 quando o Navio de Guerra estadunidense USS Cole, enquanto realizava um reabastecimento quando encontrava-se atracado no Porto de Áden, no Iêmen, foi atingido por uma embarcação que possuía um IED a bordo. O artefato foi construído com cerca de 600 libras de explosivo C4, sendo que a explosão causada pelo mesmo resultou na morte de dezessete membros da tripulação e outros 39 feridos, além dos dois terroristas (GREENBERG, 2006). Com relação aos danos materiais, o navio permaneceu imobilizado no porto até que pudesse ser transportado para o local

de reparo, onde permaneceria por cerca de três anos até que pudesse retomar suas operações rotineiras.

Apesar de o atentado ter sido realizado pela al-Qaeda, a qual seria responsável, ainda, por um outro ataque semelhante em 2002²¹, a FTM reconhece a possibilidade de emprego de IED pelo Hezbollah, sob a forma de *waterborne*²² *improvised explosive device* (WBIED) como uma ameaça presente na AMO, conforme disposto em documentos internos daquela Força Tarefa. A preocupação é tal que está prevista a elevação do grau de prontidão e de guarnecimento quando da navegação nas proximidades da costa libanesa.

Com relação a essas orientações emanadas pela FTM, o próximo capítulo apresentará os meios empregados pelos navios de guerra da Marinha do Brasil para se opor a este tipo de ameaça e atender às prescrições em vigor.

²¹ A al-Qaeda empregou um bote atestado de explosivos para atacar o M/V Limburg que encontrava-se navegando no litoral do Iêmen.

²² *Waterborne* se refere àquilo que é carregado ou transmitido pela água.

5 CAPACIDADES DO NAVIO DA MARINHA DO BRASIL PARA SE OPOR A ATAQUES TERRORISTAS

No capítulo anterior foram apresentadas as diversas capacidades, em termos de emprego de armamentos e TTP possuídas pelo Hezbollah. Como contraponto, no presente capítulo, serão apresentadas as adaptações e alterações implementadas pela Marinha do Brasil em termos de equipamentos e procedimentos, visando à capacitação da Fragata União e sua tripulação para que fosse possível a contraposição a eventuais ameaças terroristas no mar.

5.1 Ausência de Política ou Doutrina Anti e Contraterrorismo

Por ocasião da preparação e primeira participação de um navio da Marinha do Brasil na UNIFIL, em 2011, não existia uma normatização ou doutrina que regulamentasse ou estabelecesse procedimentos para combate ao terrorismo especificamente. A então Doutrina Básica da Marinha (DBM), somente passou a tratar de tal assunto, a partir de 2014, em sua 2ª revisão, ainda que de forma insipiente, sendo que apenas a partir de 2017, quando a DBM passou a ser denominada Doutrina Militar Naval (DMN) e após a aprovação da Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016, passaria a apresentar uma definição sobre o que seria terrorismo.

Em face dessa lacuna conceitual, tomar-se-á por base a definição de terrorismo marítimo adotada pelo *Council for Security Cooperation in Asia Pacific Working Group on Maritime Terrorism* (CSCAP) e amplamente aceita, por capturar a essência do fenômeno em questão, qual seja:

Maritime terrorism refers to the undertaking of terrorist acts and activities (1) within the maritime environment, (2) using or against vessels or fixed platforms at sea or in port, or against any one of their passengers or personnel, (3) against coastal facilities or settlements, including tourist resorts, port areas and port towns or cities (CHALK, 2008, p.3).²³

²³ Terrorismo marítimo se refere ao empreendimento de atos e atividades terroristas (1) dentro do ambiente marítimo, (2) fazendo uso ou contra embarcações ou plataformas fixas no mar ou nos portos, ou contra

Combinando-se tal definição com aquela existente na 1ª revisão da DBM, em vigor no ano de 2011, para guerra assimétrica, em que os atos terroristas são enquadrados como parte da mesma, qual seja:

A guerra assimétrica é empregada, genericamente, por aquele que se encontra muito inferiorizado em meios de combate, em relação aos de seu oponente. A assimetria se refere ao desbalanceamento extremo de forças.

Para o mais forte, a guerra assimétrica é traduzida como forma ilegítima de violência, especialmente quando voltada a danos civis. Para o mais fraco, é uma forma de combate.

Os atos terroristas, os ataques aos sistemas informatizados e a sabotagem são algumas formas de guerra assimétrica (MARINHA DO BRASIL, 2004, p.2-2).

Dessa forma, pode-se chegar a algumas conclusões, entre elas a de que existe coerência e complementaridade entre as definições de terrorismo marítimo e de guerra assimétrica. Outra conclusão é a de que, na falta de procedimentos específicos de defesa contra atos terroristas, o emprego de medidas de segurança e proteção contra ameaças assimétricas, bem como a instalação de equipamentos e armamentos voltados para se oporem a esse tipo de ameaça, mostrou-se a melhor alternativa ou, pelo menos, a mais aceitável, por permitir ao navio se defender de ameaças terroristas.

5.2 Inovações em Termos de Equipamentos

Com relação aos novos equipamentos instalados no navio, voltados especificamente para o combate às ameaças assimétricas, foram instaladas quatro metralhadoras .50” (duas voltadas para a proa do navio e duas voltadas para ré, dispostas por ambos os bordos) e dois equipamentos *Long Range Acoustic Device* (LRAD) (um de cada bordo). A adição desses itens incrementou a capacidade do navio se defender contra aquele tipo de ameaça, trazendo os seguintes ganhos operacionais:

qualquer um de seus passageiros ou tripulantes, (3) contra instalações e estabelecimentos na costa, incluindo *resorts* turísticos, áreas portuárias ou cidades portuárias (tradução nossa).

- Metralhadoras .50” – estão dispostas de modo a cobrir os pontos cegos dos demais armamentos fixos e sensores do navio, tanto em elevação quanto em conteira²⁴, permitindo o engajamento de contatos hostis dentro de uma distância de cerca de 6.700 metros (alcance máximo desse tipo de armamento) até as proximidades do navio, representando uma maior capacidade de combate, em termos de distâncias de engajamento, em relação aquela obtidas com o emprego de armamento portátil e do armamento fixo, respectivamente; e
- LRAD – o equipamento, também conhecido como canhão sônico, permite a disseminação de mensagens previamente gravadas a distâncias entre 500 e 1.000 metros. Além disso, quando operado em sua potência máxima e em um modo específico, permite causar danos auditivos e desorientação a pessoas que se encontrem na direção das ondas acústicas produzidas pelo sistema.

A aquisição de tais equipamentos, por si só, levou ao desenvolvimento de procedimentos para seu emprego, os quais, juntamente com outros já existentes e aqueles implementados para a missão, serão abordados a seguir.

5.3 Inovações em Termos de Procedimentos

Na Marinha do Brasil, o previsto para o combate à ameaças assimétricas consta no Procedimento Operativo (PO) das FCN-Mod, PO-O 0504. Nesta versão do PO constavam os procedimentos para o guarnecimento do Grupo de Reação Contra Ameaças Assimétricas (GRAA), os quais serão comentados a seguir, juntamente com as alterações decorrentes das especificidades da missão.

²⁴ Conteira é o movimento angular realizado pelo armamento, no eixo horizontal.

Originalmente esse grupo de reação era composto por militares do próprio navio, retirados de determinadas funções, escolhidas de forma a gerar o menor impacto de guarnecimento nas atividades do navio. Além disso, o guarnecimento do GRAA foi concebido para ocorrer em situações esporádicas, em geral nas proximidades de terra, e por um período limitado de tempo.

Essas duas características não se mostraram como fatores limitadores das atividades do GRAA por ocasião dos exercícios operativos conduzidos pela Esquadra, uma vez que os mesmos eram realizados, na maioria das vezes, durante a navegação de entrada e saída de portos e da Base Naval, possuindo, nesse formato, duração reduzida.

Isso mudaria quando se avalia a atuação do GRAA no contexto da Operação no Líbano, pelas características da formação da tripulação e pelas características da AMO da UNIFIL.

Com relação à formação da tripulação, em virtude da limitação de vagas a bordo, houve a necessidade de se reduzir a quantidade de militares pertencentes a lotação prevista para a classe de navio, de modo a permitir o embarque de militares para cumprirem funções específicas, como o caso dos Destacamentos de Fuzileiros Navais e de Mergulhadores de Combate. Essa redução de pessoal restringiu ainda mais a disponibilidade de funções que, caso desguarnecidas, causariam pequeno impacto nas atividades do navio, exatamente aquelas que eram suprimidas para o guarnecimento do GRAA. Assim sendo, por indisponibilidade de pessoal, seria impossível a utilização de militares do próprio navio para comporem o referido grupo de reação.

Quanto à AMO, as dimensões da área obrigam os navios componentes da MTF a permanecerem continuamente expostos a eventuais ameaças vindas de terra (a maior distância entre a costa e a extremidade da AMO é inferior a 50 milhas náuticas, como pode ser observado na FIG. 3, ANEXO D). Essa exposição permanente implica no aumento das

ocasiões nas quais o GRAA poderia vir a ser empregado, mesmo quando o navio estivesse operando distante da costa e, portanto, na necessidade de que o referido grupo de reação estivesse disponível para ser acionado a qualquer momento.

A forma encontrada para solucionar os problemas relativos à indisponibilidade de pessoal e ao aumento do tempo e de situações passíveis de guarnecimento foi alterar a composição do GRAA, substituindo o pessoal de bordo pelos militares componentes do Destacamento de Fuzileiros Navais.

Tal alteração se mostrou um ganho operacional para o navio, uma vez que permitiu o emprego de pessoal especializado e exclusivamente dedicado a essa atividade, bem como, evitou o subemprego dos militares Fuzileiros Navais, que não possuíam outra função quando o navio se encontrava no mar.

No caso da primeira participação do navio na FTM, a decisão sobre a mudança na composição do GRAA foi tomada de forma mais intuitiva do que empírica. No entanto, a mesma se mostrou de tal forma acertada que, nas demais participações, o procedimento adotado, não só manteve-se em vigor, como fora aprimorado, com a inclusão de *snipers*²⁵ do Destacamento de Mergulhadores de Combate na composição do GRAA.

²⁵ Militar atirador de elite ou de precisão.

6 OPORTUNIDADES DE APRIMORAMENTO

No capítulo anterior foram apresentadas as diversas mudanças realizadas pela Marinha do Brasil, de modo a se adequar a Fragata União e sua tripulação às novas ameaças a que estariam sujeitas durante a operação como Capitânia da FTM. Neste capítulo buscar-se-á apresentar as evoluções dos procedimentos a bordo dos navios brasileiros decorrentes das lições aprendidas com a Fragata União, bem como alguns pontos que, na visão deste autor, poderiam ser explorados visando o aprimoramento dos procedimentos voltados para as ações anti e contraterrorismo.

6.1 Evolução dos Procedimentos

Com o objetivo de melhor preparar e familiarizar as tripulações aos novos procedimentos a serem cumpridos por ocasião do guarnecimento do GRAA, foram adotadas importantes iniciativas com relação ao adestramento do pessoal e alterações significativas em termos do guarnecimento do referido grupo de reação, os quais serão discutidos no decorrer desta seção.

Com o regresso da Fragata União ao Brasil, em 2012, a Marinha do Brasil adotou as experiências e ensinamentos obtidos em prol de uma melhor preparação dos demais navios que participariam da missão.

Nesse sentido, foi criado um estágio preparatório para a participação na UNIFIL, conduzido pelo Centro de Adestramento Almirante Marques de Leão²⁶ (CAAML) onde a tripulação passou a ser submetida a treinamentos em terra e a uma posterior inspeção operativa, realizada com o navio no mar. Especificamente com relação ao guarnecimento do

²⁶ O CAAML é responsável por prestar assessoria de adestramento aos Navios da Esquadra, bem como realizar inspeções operativas, de modo a verificar o desempenho dos mesmos no cumprimento das diversas tarefas a que se destinem, garantindo a padronização e correta execução de procedimentos.

GRAA, passou-se a realizar exercícios simulando situações reais de emprego, melhorando a prontidão e consciência situacional do pessoal envolvido nessa atividade.

Com relação aos procedimentos, foi oficializada a inclusão e o emprego de militares dos Destacamentos de Fuzileiros Navais e de Mergulhadores de Combate para comporem o GRAA. Além disso, esses militares passaram a ser submetidos a cursos visando a uniformização de procedimentos de comunicações internos entre os componentes do GRAA e entre estes e as demais estações do navio envolvidas nas ações de proteção contraterrorismo.

Outra alteração em termos de procedimento foi a adoção do guarnecimento do GRAA sempre que o navio se aproximar ou se afastar de portos para a atracação/desatracação, mesmo naqueles localizados fora da AMO. Esse procedimento melhorou o entendimento das equipes sobre as tarefas do GRAA, bem como contribuiu para a disseminação de uma mentalidade de segurança contra eventuais ameaças terroristas em toda a tripulação.

6.2 Pontos a Serem Explorados

Com relação às oportunidades de aprimoramento, serão abordadas sugestões para estudos futuros, bem como para atualização de publicações, no intuito de fomentar a preocupação para a ameaça representada pelo terrorismo marítimo, a qual os meios da Marinha do Brasil estão expostos também em águas territoriais brasileiras, e não somente no longínquo litoral libanês.

Nesse sentido, sugere-se, inicialmente, a atualização das publicações, de modo a uniformizar as terminologias. A atual versão da DMN não faz referência às ameaças assimétricas, ao contrário do que ocorria na DBM de 2011, bem como, também, não apresenta

uma definição para o que seria terrorismo marítimo. Da mesma forma, o PO-O 0504, não aborda o terrorismo, podendo trazer insegurança jurídica na abordagem dos dois assuntos.

Ainda com relação ao PO-O 0504, o mesmo tem como uma de suas referências a publicação estadunidense *Navy Warfare Publication (NWP) 3-07.2, Navy Doctrine for Antiterrorism/Force Protection*. Essa norma, como o próprio nome diz, tem aspecto doutrinário, tratando das definições e conceitos afetos ao combate ao terrorismo, pouco se assemelhando ao PO empregado pela Marinha do Brasil.

A publicação que apresenta os procedimentos a serem empregados nas atividades antiterror é o *Navy Tactics, Techniques and Procedures (NTTP) 3-07.2.1, Antiterrorism/Force Protection*, norma decorrente do NWP 3-07.2 e que possui as definições dos procedimentos a serem utilizados pelos Navios de Guerra estadunidenses para se contraporem às ameaças terroristas. O PO utilizado pelas Fragatas Classe Niterói possui aderência com as condutas previstas no NTTP 3-07.2.1, no entanto, apenas no que tange a zonas de defesa e métodos de oposição contra a aproximação de embarcações sem autorização, sendo sugerida uma avaliação da validade e pertinência da utilização dos demais procedimentos descritos na publicação estadunidense, em especial aqueles afetos às respostas pré-planejadas e ações durante o trânsito em áreas com risco de IED, de modo a complementar e aprimorar a forma como a Marinha do Brasil conduz esse tipo de atividade.

7 CONCLUSÃO

No presente trabalho buscou-se analisar a atuação do Hezbollah nos conflitos entre Líbano e Israel, no período de 1982 a 2011, de modo que fosse possível estabelecer quais as suas capacidades, em termos bélicos e de TTP. Uma vez estabelecidas tais capacidades foi possível avaliar se o primeiro navio da Marinha do Brasil, enviado para participar da UNIFIL como Navio Capitânia da FTM, estaria capacitado a se contrapor à ameaça representada pelo terrorismo na região, em especial aquelas formas de terrorismo empregadas pelo Hezbollah.

Dessa forma, foram apresentados os diversos incidentes terroristas nos quais o grupo paramilitar esteve envolvido, evidenciando, por exemplo, o domínio das capacidades de efetuar o lançamento de minas marítimas (no caso da minagem do Canal de Suez) e de ataques com mísseis antinavio, por ocasião do ataque à Corveta Israelense Hanit, em 2006.

Além dessas capacidades, comprovadamente possuídas e empregadas pelo Hezbollah, verificou-se a possibilidade de emprego de IED, que devido ao histórico de utilização contra navios de guerra, como no caso do ataque ao USS Cole, à facilidade de construção e de transporte e a dificuldade de identificação e neutralização pelo alvo, tornam esse tipo de ameaça uma das mais perigosas na região.

Justamente em virtude da existência desta última ameaça, é que o GRAA empregado pela Marinha do Brasil cresceu de importância na preparação do navio para a ida para o Líbano, uma vez que esse grupo de reação é o meio habilitado a identificar e combater a ameaça representada pelos IED, estejam eles implantados a bordo de embarcações ou dispostos em artefatos flutuantes abandonados no mar.

Além disso, outro fato que demonstra a importância dada ao GRAA foi a instalação das metralhadoras .50” e dos LRAD que, juntamente com equipamentos de comunicações satelitais, foram as alterações estruturais mais significativas realizadas a bordo

dos navios da Marinha do Brasil designados para assumir a tarefa de Navio Capitânia na UNIFIL, sendo que as duas primeiras foram realizadas com o propósito de serem empregadas especificamente pelo GRAA.

Sendo assim, com base nas análises e considerações apresentadas neste estudo, este autor considera como presente a ameaça do terrorismo marítimo aos meios navais da FTM e que a Fragata União, em 2011, bem como os navios que a ela se seguiram, encontravam-se preparados para combater este tipo de ameaça, em que pese existirem oportunidades de aprimoramento a serem exploradas, tanto em termos de procedimentos quanto de equipamentos, as quais devem ser objeto de continuado estudo no âmbito do Comando de Operações Navais e da Esquadra.

Por fim, verificou-se no decorrer da pesquisa a existência de uma lacuna na DMN caracterizada pela ausência de uma definição para terrorismo marítimo e pela exclusão do conceito de Guerra Assimétrica, sendo considerado válido, por este autor, que ambos os assuntos fossem incluídos em futuras atualizações daquela publicação doutrinária.

Dessa forma, espera-se que as sugestões contidas no presente estudo possam contribuir para a evolução e melhoria dos procedimentos empregados pela Marinha do Brasil, de modo a aumentar a segurança e capacidade de defesa dos meios navais contra a ameaça invisível e silenciosa representada pelo terrorismo.

REFERÊNCIAS

ANNAN, Kofi A. *Letter from the Secretary-General addressed to the President of Security Council*. New York, 2006. Disponível em: http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/2006/733. Acesso em: 5 jun. 2018.

CHALK, Peter. *The Maritime Dimension of International Security: Terrorism, Piracy, and Challenges for the United States*. Santa Monica: RAND Corporation, 2008. 59 p.

FRANÇA, Junia Lessa; VASCONCELOS, Ana Cristina. **Manual para Normalização de Publicações Técnico-Científicas**. 8. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. 240 p.

GATTAZ, André Castanheiras. **A Guerra da Palestina: Da Criação do Estado de Israel à Nova Intifada**. 2. ed. São Paulo: Usina do Livro, 2003. 240 p.

GREENBERG, Michael D. *et al. Maritime Terrorism: Risk and Liability*. Santa Monica: RAND Corporation, 2006. 166 p.

HAREL, Amos; ISSACHAROFF, Avi. *34 Days: Israel, Hezbollah and the war in Lebanon*. New York: Palgrave Macmillan, 2008. 288 p.

HIRST, David. *Beware of Small States: Lebanon, Battleground of the Middle East*. New York: National Books, 2010. 480 p.

LAMBETH, Benjamin S. *Air Operations in Israel's War Against Hezbollah: Learning from Lebanon and Getting it Right in Gaza*. Santa Monica: RAND Corporation, 2011. 388 p.

MARINHA DO BRASIL. Estado-Maior da Armada. **EMA-305: Doutrina Básica da Marinha**. Brasília, DF, 2004. p.2-2.

MARINHA DO BRASIL. Estado-Maior da Armada. **EMA-305: Doutrina Militar Naval**. Brasília, DF, 2017. 142 p.

MARINHA DO BRASIL. Comando do 1º Esquadrão de Escolta. **PO 0504 - Reação Contra Ameaças Assimétricas (RES)**. Rio de Janeiro, 2011, 5 p.

NORTON, Augustus Richard. *Hezbollah: A Short History*. ed. rev. e aum. New Jersey: Princeton University Press, 2014. 229 p.

RABINOVICH, Itamar. *The War for Lebanon, 1970-1985*. Ithaca: Cornell University Press, 1985. 243 p.

SHAIKH, Shaan; WILLIAMS, Ian. *Hezbollah's Missiles and Rockets*. Washington, DC: Center for Strategic and International Studies, 2018. Disponível em: <https://missilethreat.csis.org/country/hezbollahs-rocket-arsenal/>. Acesso em: 12 jul. 2018.

UNIFIL. *Press Release: UNIFIL Maritime Task Force is Operational*. Naqoura: UNIFIL PIO, 2006. Disponível em: https://unifil.unmissions.org/sites/default/files/old_dnn/docs/pr065_2.pdf. Acesso em: 9 jun.2018

UNITED NATIONS. *United Nations Security Council. Resolution n. 425, de 19 de março de 1978*. New York, 1978. Disponível em: <http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/IP%20SRES%20425.pdf>. Acesso em: 3 jun. 2018.

UNITED NATIONS. *United Nations Security Council. Resolution n. 426, de 19 de março de 1978*. New York, 1978. Disponível em: <http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/IP%20SRES%20425.pdf>. Acesso em: 3 jun. 2018.

UNITED NATIONS. *United Nations Security Council. Resolution n. 1701, de 11 de agosto de 2006*. New York, 2006. Disponível em: [https://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1701\(2006\)](https://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1701(2006)). Acesso em: 7 jun. 2018.

US NAVY. *Department of the Navy Office of the Chief of Naval Operations. NWP 3-07.2 (Rev.A): Navy Doctrine for Force Protection*. Norfolk, 2004. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B1nokqndU0QFOFJBV1IQMXUzTFk/view>. Acesso em: 16 jun. 2018.

US NAVY. *Department of the Navy Office of the Chief of Naval Operations. NTTP 3-07.2.1: Antiterrorism/Force Protection*. Norfolk, 2006. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B1nokqndU0QFbU1nejVmRnROS0U/view>. Acesso em: 20 jul.2018.

WORLD TRADE ORGANIZATION. *Trade Profiles 2018*. Geneva, 2018. Disponível em: https://www.wto.org/english/res_e/publications_e/trade_profiles18_e.htm. Acesso em: 07 ago.2018.

**ANEXO A – CARTA DO PRIMEIRO MINISTRO LIBANÊS FOUAD SINIORA AO
SECRETÁRIO GERAL DA ONU**

LEBANESE REPUBLIC

President of the Council of Ministers

Beirut, September 6, 2006

**H.E. Mr. Kofi Annan
Secretary General of the United Nations
New York, United States of America.**

Mr. Secretary General,

I am writing to you in reference to your letter of September 5, 2006, and in accordance with operative paragraph 14 of UNSCR 1701, to request the assistance of the United Nations in securing our maritime border and maritime entry points into Lebanon.

As you are aware, about 8,600 troops of the Lebanese armed forces have deployed along Lebanon's land border with Syria. To strengthen our own existing capabilities, we have also requested international technical assistance and training, to be provided by Germany. Lebanon has also instituted new measures at Beirut International Airport to improve and strengthen entry control procedures.

However, Lebanon's current naval capabilities are too limited to effectively patrol Lebanon's 200 kilometers of coastline in order to secure the maritime border. I would therefore be grateful if the United Nations could provide a naval task force that would help prevent the unauthorized entry of arms or related material by sea into Lebanon, until such time that our naval and security forces are able to fulfill these tasks on their own.

The maritime surveillance assistance will be in support of Lebanon's own efforts and will be undertaken in close coordination with the Lebanese Navy and armed forces. This will be in accordance with the decision taken by the Council of Ministers on September 4, 2006, which:

" Requests the Lebanese Army to control Lebanon's territorial waters through its own capabilities; and, until the Army obtains the boats and equipment necessary, the Army can obtain assistance, especially in the outer six miles of territorial waters, from boats, technology and equipment of UNIFIL, and as the Lebanese Army command elects. Inspection and towing will be under the supervision of the LAF and in coordination with UNIFIL command. LAF command takes the necessary measures, in coordination with UNIFIL, to carry out this decision." }

It will be important that this maritime assistance also include technical training of Lebanon's naval and other security personnel, and, hopefully, the provision at a later date of marine and other equipment to upgrade Lebanon's capacity for effective and independent coastal monitoring and control.

This request for UNIFIL maritime assistance is to come into effect simultaneously with the complete lifting of Israel's air and maritime blockade against Lebanon.

Please accept, Mr. Secretary General, the assurances of my highest consideration.


Fouad Siniora

ANEXO B – DECRETO LEGISLATIVO Nº 269/2011, DE 29 DE SETEMBRO DE 2011**CONGRESSO NACIONAL**

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 296, DE 2011**

Autoriza o envio de um navio da Marinha do Brasil para compor a Força-Tarefa Marítima da Força Interina das Nações Unidas no Líbano - UNIFIL.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica autorizado o envio de um navio da Marinha do Brasil, com aeronave orgânica e com o contingente de até 300 (trezentos) militares brasileiros para a Força-Tarefa Marítima da Força Interina das Nações Unidas no Líbano - UNIFIL.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em modificação do referido contingente, assim como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 29 de setembro de 2011.

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

ANEXO C – TIPOS E ALCANCES DE MÍSSEIS DO HEZBOLLAH

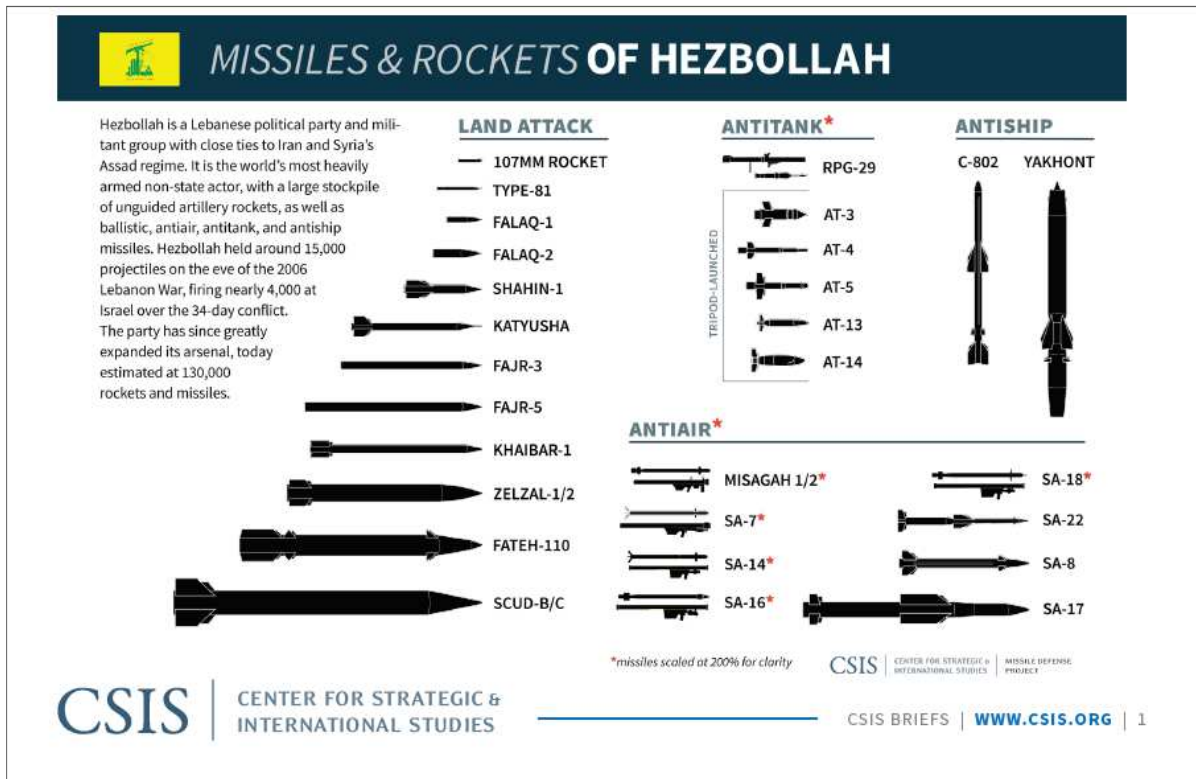


FIGURA 1 - Relação dos mísseis e foguetes em poder do Hezbollah.

Fonte: <https://www.csis.org/analysis/hezbollahs-missiles-and-rockets>. Acesso em: 12/07/2018

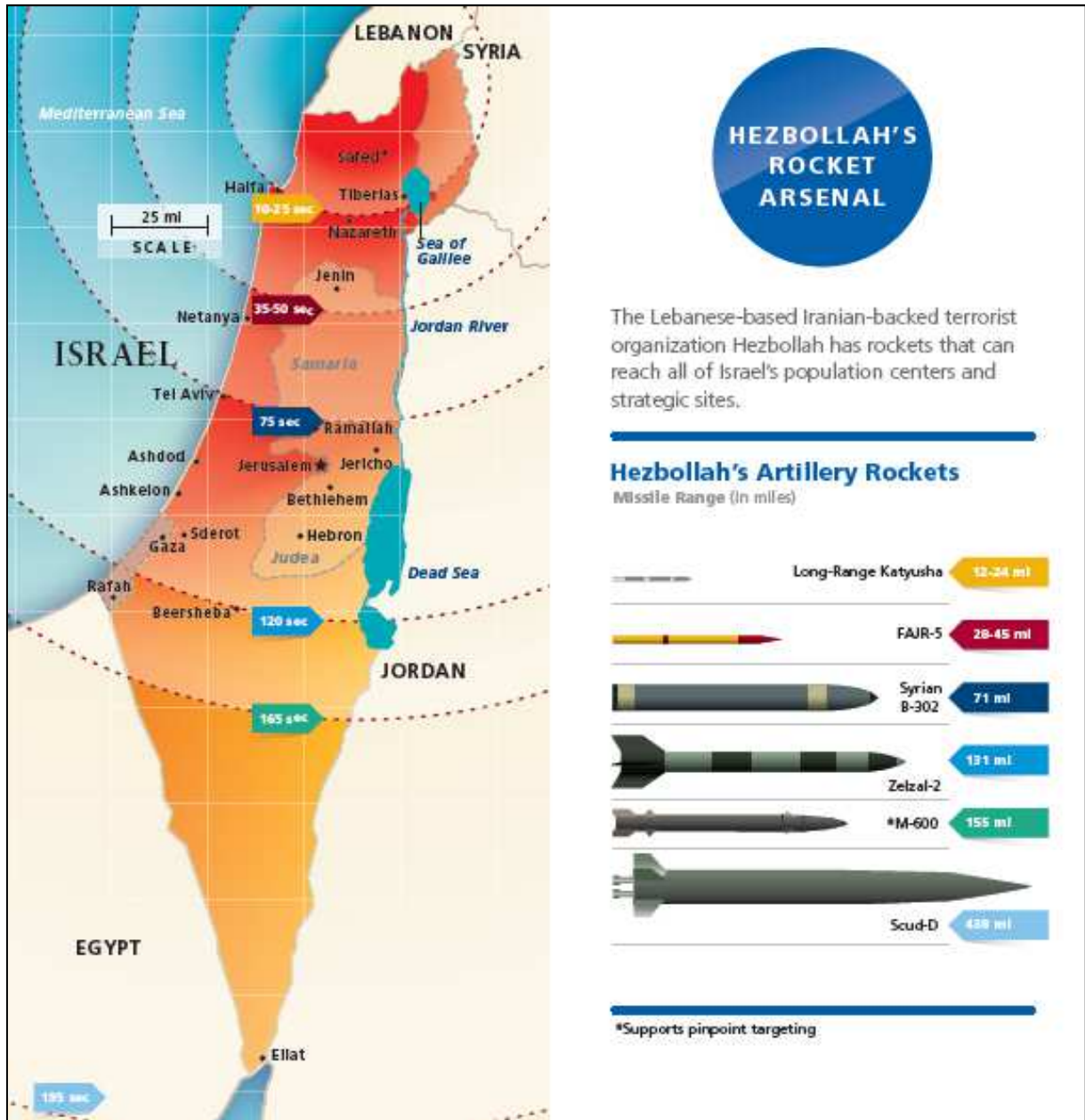


FIGURA 2 - Mapa representativo dos alcances e tempos de voo dos principais mísseis em poder do Hezbollah.

Fonte: <https://www.aipac.org/learn/resources/maps/hezbollah-rocket-arsenal>.

Acesso em: 12/07/2018

ANEXO D – ÁREA MARÍTIMA DE OPERAÇÕES

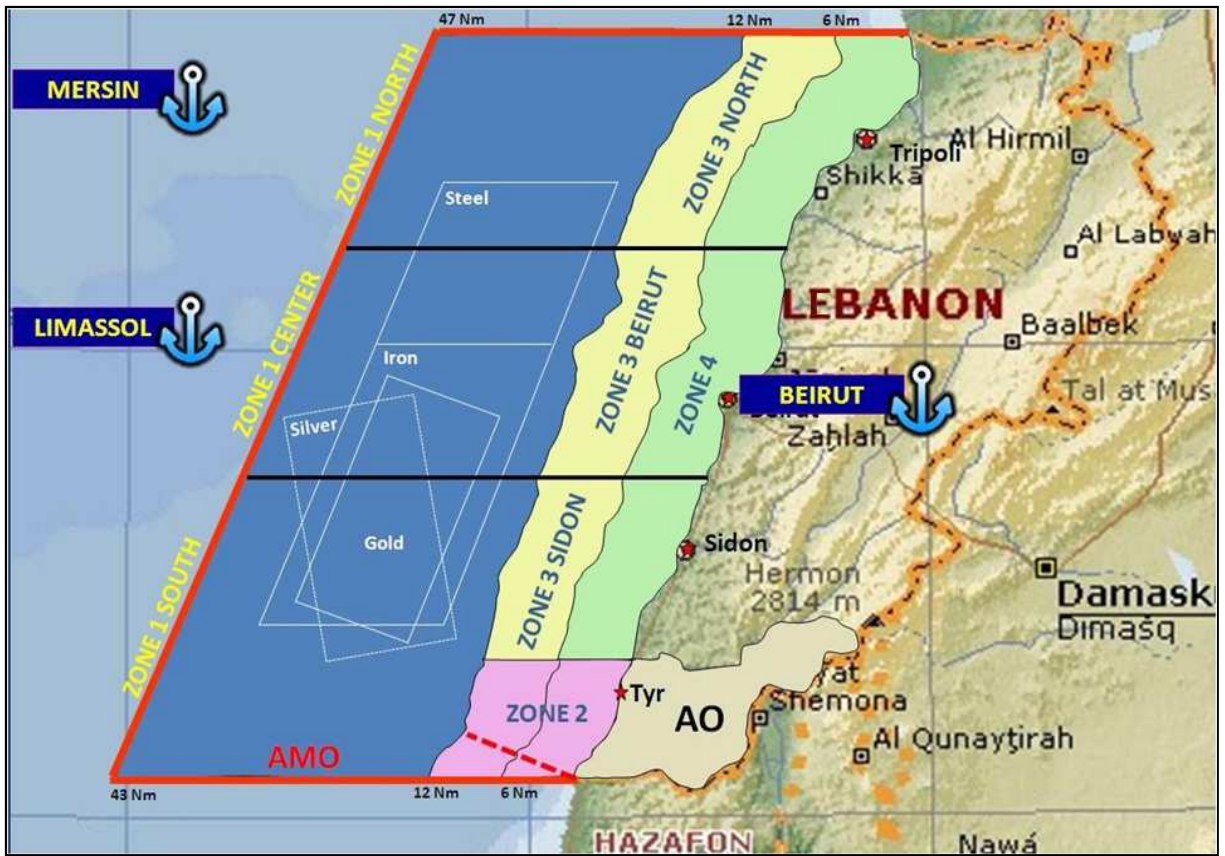


FIGURA 3 - Mapa da Área Marítima de Operações (AMO) e suas divisões em zonas de atuação.

Fonte: UNITED NATIONS. UNIFIL. *Operations Order 5*. Naqoura: UNIFIL HQ, 2013. p. 36.